

TELEVISÃO E REFLEXIVIDADE NO BRASIL

Lavina Madeira Ribeiro*

Resumo: Este ensaio aborda o conceito de ética aplicado ao estudo empírico dos conteúdos veiculados em estruturas de comunicação de alcance nacional, no sentido de identificar os mecanismos que o dinamizam. Preocupa-se com o modo como as instituições de comunicação delimitam a especificidade de sua ética discursiva. A análise demonstra que a autocompreensão, a racionalização da experiência, a tematização de riscos e focos de insegurança ontológica da vida em sociedades complexas, são os procedimentos destas instituições. O presente contingente e o futuro incerto são enquadrados numa teia explicativa cuja finalidade é a de reduzir e controlar elementos que possam vir a ameaçar o senso de domínio sobre a rotina da vida cotidiana. Realizam um exercício público de atualização dos indivíduos sobre temáticas que demandam permanentemente racionalizações, as quais, entretanto, não mais têm no fundamento da crítica humanística o referencial ético até então hegemônico na autolegitimação pública das instituições de comunicação.

Palavras-chave: instituições de comunicação; ética; crítica; cultura; sociedade.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

De que modo as instituições de comunicação delimitam sua especificidade ética? A análise da ação discursiva destas instituições, tais como emissoras de televisão, rádios, jornais e revistas revela mecanismos e procedimentos que permitem identificar a qualidade das posturas éticas exercidas no espaço público comunicativo. Há um consenso no pensamento sociológico contemporâneo sobre a importância das instituições de comunicação para a experiência e a formação de opiniões e comportamentos dos indivíduos nas sociedades atuais. Reflexões sobre processos de globalização, de rupturas da nacionalidade, de configuração de estilos de vida e de transformações nas configurações de posição e ação dos sujeitos sociais reconhecem sempre a presença interventora das instituições de comunicação.

Estas instituições têm adquirido um crescente poder de influência sobre o curso da vida social e cabe particularmente a este ensaio pensar sobre a natureza desta influência, do ponto de vista do seu procedimento ético. Parte-se do pressuposto de que o terreno de atividades e simbolizações das práticas comunicativas não se confunde com aqueles de outros territórios de produção de sentido e valor. Há uma especificidade institucional destas práticas, um lugar próprio de agenciamento discursivo que não é o mesmo daqueles relativos à esfera da ciência, da política e da arte e cultura em geral.

As instituições de comunicação são contemporâneas da ascensão da razão como justificativa para a ação ética. Emergem no processo de conformação da era moderna, como meio propagador desta construção racional da condição humana. Em reflexão filosófica sobre a origem da modernidade, Habermas a associa à emergência de uma "consciência temporal" que opõe o moderno ao antigo e inaugura uma concepção histórica processual da vida, cujo horizonte é um futuro que não pode ser previsto (HABERMAS, 2001, p. 169).^[1] Diante de um presente contingente e de um futuro incerto, os princípios éticos que nortearam o lugar institucional da comunicação fundaram-se sobre o ideal do exercício de uma razão crítica e emancipatória. As instituições de comunicação foram o suporte para o exercício da crítica e para a fundação de uma humanidade que buscou a autocompreensão criando suas próprias regras.

O exercício da crítica, o julgamento subjetivo dos fatos e das opiniões, a autoatualização demandadas pelo movimento da processualidade histórica ainda são os procedimentos exigidos do público que forma o espaço público comunicativo. Se o princípio da subjetividade está no âmago da modernidade, também se faz presente na institucionalização da comunicação como mecanismo que compele os indivíduos a buscarem em si os recursos críticos para sua autonomia e autodeterminação.

As instituições de comunicação deveriam, a princípio, pressupor este procedimento de intervenção crítica sobre o mundo, a partir do cultivo de uma subjetividade que se quer autônoma diante de "um mundo da vida que perde de modo perturbador os seus traços de confiança, de transparência e de fidelidade" (idem, p. 172). O discurso comunicativo deveria evocar a crítica e o julgamento subjetivo sobre um pano de fundo de elementos que se sucedem em transformações ininterruptas e imprevisíveis.

Na atualidade, a comunicação tem grande visibilidade no mundo contemporâneo, participando expansivamente dos processos reflexivos da sociedade de risco. Segundo Ulrich Beck et al. (1997) a sociedade de risco surgiu a partir dos efeitos colaterais e das ameaças cumulativamente produzidos pela sociedade industrial. Ela forja uma "modernização reflexiva" em toda a sociedade – onde ela se defronta com ameaças não absorvidas pelo industrialismo e o modelo clássico de sociedade industrial, cujos ícones de progresso são o capital, a tecnologia e o mercado.^[2] As instituições de comunicação basicamente expõem a dinâmica deste autoconfronto. Expõem exatamente aqueles momentos de ruptura onde os riscos reais e potenciais ameaçam os limites sociais de segurança dos indivíduos e das instituições.

Segundo Ulrich Beck, "a definição do perigo é sempre uma construção cognitiva e social" (idem, p. 17). Estas definições são extensiva e ostensivamente construídas pelas instituições de comunicação e, neste sentido, elas participam desta modernização reflexiva e se constituem em si em instituições que produzem a sua própria reflexividade. Estão na pauta diária dos discursos jornalísticos, dos documentários e outros gêneros informativos questões relativas a todas as ordens sociais e naturais. Questões emergentes sempre em função de problemas gerados pelo curso do processo industrial das sociedades contemporâneas, cujas rupturas e ameaças dizem respeito a um largo espectro de variáveis, tais como recursos naturais, recursos produtivos, como a divisão social do trabalho, recursos culturais, concepções políticas, jurídicas, científicas, costumes e concepções de vida.

Como os riscos emergem simultaneamente com as decisões e opiniões formuladas no meio social, as instituições de comunicação estão sempre se autoconfrontando com estes riscos. Interessa, em particular, como elas exploram eticamente os seus termos, que mecanismos de sua reflexividade entram em ação, ou seja, de que recursos dispõem para enfrentar eticamente as ameaças que emergem cotidianamente na vida social. Ameaças evidentes e ameaças construídas pela discursividade pública.

Conforme Ulrich Beck, a sociedade torna-se reflexiva quando "ela se torna um tema e um problema para si própria" (idem, p. 19). Há, segundo ele, dois ambientes especializados onde estas tematizações e problematizações alcançam relevo: no contexto das práticas científicas laboratoriais, cujos resultados têm pouco controle sobre as consequências e repercussões sociais e no contexto de uma "discursividade pública da experiência" (idem, p. 44), profundamente presa à experiência e dependente da ação das instituições de comunicação.

Este segundo contexto, conforme o autor, está mais propenso a suscitar dúvidas e perguntas do que a fornecer respostas e depende, na sua argumentação pública, de referentes fornecidos pela ciência universitária. A ponte com a esfera da experiência da vida cotidiana demarca um outro princípio específico da discursividade institucional da comunicação pública. As dúvidas e perguntas fomentadas por esta discursividade advêm desta forte ligação com a experiência, com o cotidiano, onde a materialização de riscos e ameaças se desdobra em inúmeras questões fornecendo um campo quase irrestrito de temáticas e possibilidades de problematização pública.

As instituições de comunicação invadem desde o plano mais íntimo e particular da vida individual àquele das grandes organizações públicas e privadas. Seu espectro de atuação é amplo e cada vez mais presente, devido à sua crescente sofisticação tecnológica. Formam, segundo Scott Lash (1997), novas comunidades de informação e comunicação baseadas em sistemas especialistas, cuja racionalidade opera sobre as significações compartilhadas no sentido de reparar suas rupturas. Os discursos dos especialistas vêm reparar estas quebras na rotina de segurança da vida cotidiana como discursos legitimadores desta rotina. Como agentes singulares, entretanto, cabe observar que as instituições de comunicação nem sempre atuam como agentes reparadores de rupturas. Muitas vezes, intervêm antecipadamente criando realidades e fatos.

Com relação aos mecanismos que põem em prática a reflexividade pública da comunicação, cabe refletir sobre a medida em que eles são incorporações de sistemas especialistas. Do ponto de vista do móvel ético, para Ulrich Beck, a modernização reflexiva requer uma "reforma da racionalidade", já que a racionalidade da ciência, seus padrões e métodos explicativos tornaram-se incapazes de conter o fluxo incessante de novas ameaças e riscos enfrentados nas sociedades contemporâneas. A racionalidade científica deve ser, de algum modo, substituída por uma ética reflexiva, baseada na evidência de que "o microcosmo da conduta da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais" (BECK et al., op. cit., p. 61). Baseada no exercício da dúvida, que permeia e envolve as esferas existenciais e institucionais, a

ação política consiste na assunção da dúvida como variável que não pode mais ser controlada pelos métodos científicos, posto que a própria ciência natural e social convive com a dúvida como parte do conhecimento. A dúvida, segundo o autor, possibilita a multiplicidade de vozes de todos os lados e de cada um de nós (BECK, 1997).^[3] Torna possível a emergência da diversidade e do conflito. Esta política põe em questão as soluções científicas em favor da dúvida e exerce, assim, uma crítica sobre os sistemas especialistas como fontes legitimadoras da reflexividade pública.

Sociedades reflexivas têm que encontrar soluções por si próprias para os problemas criados sistemicamente pela modernização social. Para Habermas, a reflexividade gerada pelos atores coletivos deve ser realmente política e, neste sentido, ancorada num horizonte ético universalista. Os atores só podem conter os custos dos riscos sistêmicos a partir da formação discursiva da opinião e da vontade, de um procedimento democrático de racionalização do mundo da vida que constantemente restabelece consensos desfeitos e defasados com novos arranjos normativos. A racionalidade comunicativa é, assim, segundo Habermas, uma força produtiva "importante para os desafios da modernização reflexiva" (HABERMAS, 2001).^[4]

A racionalidade comunicativa como procedimento de uma reflexividade política que busca respostas aos impasses da modernização deve ser compreendida como uma proposta de ação ética na esfera da discursividade pública. A questão que se coloca é se esta racionalidade, do ponto de vista das instituições de comunicação, é essencialmente política ou, em outras palavras, se ela rescinde da ciência, do discurso especialista e, para além disso, se na busca de alternativas para os autoconfrontos enfrentados com os riscos e ameaças da sociedade industrial, realiza uma crítica à ciência. O que está em questão basicamente são os mecanismos legitimadores da reflexividade pública, seja na esfera mais ampla do debate público, seja no interior das estruturas de comunicação.

Enquanto Habermas e Beck fixam uma proposta de ação reflexiva essencialmente política, uma politização generalizada das esferas da discursividade pública, Anthony Giddens, o fundador do conceito de reflexividade, o descreve como procedimento baseado na confiança em sistemas especialistas. Para Giddens, o conhecimento científico tem substituído a tradição no movimento de busca dos indivíduos por fontes de segurança ontológica. A insegurança gerada pelas transformações sociais e suas rupturas de estruturas tradicionais é enfrentada pela absorção de sistemas abstratos de conhecimentos – teorias, conceitos e descobertas – que, apesar de voláteis, mantêm níveis aceitáveis de segurança e ordem. Segundo Giddens, "em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica" (GIDDENS, 1997, p. 100). As sociedades atuais, enquanto sociedades pós-tradicionais, enfrentam as incertezas da vida incorporando o conhecimento especializado desde o âmbito mais íntimo da vida privada àquele das instituições sociais. Esta apropriação se impregna na experiência da vida cotidiana, nos estilos de vida e na esfera do trabalho. Por mais que a ciência não possa ser incontestada em sua autoridade explicativa, ela se desdobra em sistemas especialistas, segundo Giddens, abertos e alternativos, que são incorporados e desincorporados na relação dialética com os estilos de vida (idem, p. 112).^[5]

Esta concepção da reflexividade ancorada em sistemas especialistas difere dos autores anteriores porque não é uma proposta de ação, mas uma afirmação categórica com ambição explicativa sobre os mecanismos operativos e dinamizadores da vida social. Assusta, de certo modo, crer que esta dinâmica tenha, como recurso central, sistemas científicos cujos critérios evolutivos nem sempre respeitam limites éticos e humanistas. Se, para Giddens, a ciência, os sistemas abstratos, a tecnologia têm papel central na experiência, no modo sobretudo como indivíduos leigos se atualizam sobre questões de relevância pessoal e pública, ao que tudo indica, ele se baseia em evidências advindas, seja do modo como o mundo sistêmico, econômico e tecnológico absorve suas crises, como diz Habermas, auto-aplicando retroativamente procedimentos resultantes de suas próprias leis internas, sem prestar contas às repercussões de seus sistemas funcionalmente diferenciados para setores mais amplos da sociedade, seja em razão do recurso ao conhecimento científico como fonte legitimadora da discursividade pública política e comunicativa, por mais provisórios, parciais e superficiais que sejam os termos deste recurso.^[6] Na visão de Giddens, por mais que a ciência e a tecnologia se infiltrem em todas as esferas da vida social, elas não são aceitas sem ressalvas. Os indivíduos já incorporaram a ideia do "caráter essencialmente fluido da ciência", do fato de que ela está constantemente reformulando suas explicações e receitas. Mas, a administração dos riscos, por mais cautelares que sejam os indivíduos e instituições com relação às voláteis prescrições científicas, todos ainda continuam, em última instância, presas de suas alternativas.

Há, entretanto, um conjunto de movimentos identitários que fogem à alçada da ciência e da tecnologia. São movimentos de minorias, conflitos de gênero, raciais e outros cujos avanços não foram baseados em critérios de legitimação científicos, mas essencialmente éticos e políticos. Mesmo valendo-se da oposição tradição-modernidade com a qual Giddens analisa a questão, por exemplo, da família e seus novos desafios na atualidade, ele próprio não recorre a fontes científicas para apontar os indicadores das transformações neste ambiente. Os critérios aqui são baseados no debate sobre igualdade de direitos, sobre o eco de valores democráticos nos relacionamentos familiares (GIDDENS, 2000, p. 71).

Giddens vê um movimento dialético entre sistemas abstratos e estilos de vida, onde alterações nestes últimos têm repercussões sobre os primeiros. Até que ponto, entretanto, os estilos de vida estariam preponderantemente comprometidos com os referenciais destes sistemas? O conhecimento especialista já teria impregnado todas as esferas daqueles conjuntos articulados de práticas, valores, comportamentos, gostos, saberes, escolhas e experiências próprias dos estilos de vida de um grupo ou de uma classe? Esta questão é importante porque pode subsumir a própria política aos sistemas especialistas e envolver as instituições de comunicação como instâncias vitais na legitimação destes sistemas.

Além disso, os estilos de vida refletiriam *distinções sociais* (FEATHERSTONE, 1995)^[7] cultivadas pelos próprios sistemas especialistas, entre os quais, as instituições de comunicação.

2 AS INSTITUIÇÕES DE COMUNICAÇÃO BRASILEIRAS: A ÉTICA REFLEXIVA ANCORADA NA CIÊNCIA

Autocompreensão, racionalização da experiência, tematização de riscos e focos de insegurança ontológica da vida em sociedades complexas, são os procedimentos adotados pelas instituições de comunicação brasileiras. O presente contingente e o futuro incerto são enquadrados numa teia explicativa cuja finalidade é a de reduzir e controlar elementos que possam vir a ameaçar o senso de domínio sobre a rotina da vida cotidiana. Estas publicações realizam um exercício público de atualização dos indivíduos sobre temáticas que demandam permanentemente novas racionalizações porque nunca são esgotados os esclarecimentos sobre suas manifestações, desafios e riscos.

Grande parte dos temas sobre os quais há uma reflexividade inclinada a controlar e pacificar problemas têm origem, na maior parte, nos focos de insegurança da vida privada. Todos estes temas têm em comum o fato de serem problemas tipicamente próprios da classe média brasileira, o que lhes confere um contorno específico, limitado à experiência da vida privada de um segmento muito estreito da população do país. Aquela faixa restrita de leitores e telespectadores que mantêm a sociedade de consumo. Um público que vivencia desafios próprios de sociedades complexas, de quem tem acesso e está exposto aos seus riscos e ameaças e busca reflexivamente soluções para eles.

É significativo o fato de que grande parte dos temas trazidos cotidianamente à discussão pública, nas mais distintas áreas, como saúde, educação, segurança, trabalho, economia, estilos de vida e lazer, não são exclusivamente nacionais, pelo contrário, são problemas globais, comuns às classes médias de outros países, porque decorrentes de um modelo de sociedade industrial amplamente desenvolvido no mundo ocidental. Estes temas são como feridas abertas para os quais a discursividade comunicativa recursivamente se volta, com mecanismos próprios de abordagem e busca de soluções. Todos eles têm forte ligação com a experiência da vida cotidiana e, neste sentido, o discurso é dirigido diretamente aos indivíduos comuns. As instituições de comunicação invadem estes planos íntimos da experiência tornando-os objetos de relevância pública. Se o discurso comunicativo é reparador das rupturas da rotina de segurança da vida cotidiana, também é criador destas rupturas, pelo próprio relevo que lhes confere, ao explorar estes temas com grande destaque e detalhamento. Os recursos discursivos postos em prática para o autoconfronto com estes temas trazem à tona a questão acerca da presença do discurso especialista como fonte esclarecedora que vai garantir sensações de segurança aos indivíduos.

A análise de programas televisivos e dos semanários de circulação nacional revela que este recurso é amplamente utilizado e se constitui, em geral, na principal fonte de esclarecimento e proposição de soluções. É certo que estes mecanismos utilizados têm uma atuação coesa no sentido de funcionar como agentes redutores da ansiedade dos indivíduos, da insegurança e do isolamento provocados pelo intrínseco caráter de risco das sociedades atuais. Neste sentido, formam comunidades aconchegadas sob o manto de uma reflexividade pacificadora.

Neste ambiente têm autoridade discursiva instâncias médicas, centros de pesquisa, especialistas em áreas diversas ligadas a segurança física, domiciliar, saúde, educação, justiça, controle da violência e a segurança privada. Os conhecimentos que orientam a formulação das receitas de segurança são todos oriundos de centros e institutos especializados no estudo e controle estatístico dos fatores de insegurança pessoal e urbana. Novamente então é o conhecimento especializado cientificamente monitorado que ocupa praticamente todo o espaço dedicado à exploração dos temas. Fórmulas e receitas sobre procedimentos, mudanças de comportamento, adoção de novas práticas preventivas têm como fonte de referência o conhecimento sistemático e especializado.

Dentro deste recurso hegemônico à ciência, o constante agente monitorador da experiência é a tecnologia. Ela aparece como produto da engenhosidade científica criado para lidar com os riscos e ameaças contemporâneos. Assim, de modo geral, observa-se uma rotina discursiva cujos mecanismos se sustentam sobre o conhecimento especializado. As instituições de comunicação atuam como ponte entre a ciência e o mundo leigo. Levam a ciência até a realidade concreta dos riscos da vida social contemporânea. Do ponto de vista ético, o conhecimento científico, pela sua própria natureza, substitui o exercício da pluralidade de pontos de vista por modelos de conduta cientificamente calculados e avaliados, cujos termos, se afastam, em grande medida, de referentes éticos humanistas. Afastam-se do exercício da crítica e de políticas de vida consensualmente estabelecidos em foros diversificados de debate público.

Neste sentido, a perspectiva de Anthony Giddens se confirma. As incertezas da experiência cotidiana são monitoradas e controladas por sistemas especializados como mecanismos a serviço da redução da ansiedade e dos sentimentos de insegurança. O conhecimento científico funciona como um mecanismo de confiança que orienta comportamentos, valores e escolhas.

Escolhas que envolvem, além disso, uma profunda simbiose com o mercado. Ciência e mercado, com seus bens e serviços, associam-se no processo de provimento de sentimentos de segurança, conforto e defesa contra as ameaças da vida urbana. Os bens do mercado são uma versão prática de conhecimentos científicos aplicados a produtos, legitimados por estes em termos de eficácia e necessidade. A comunicação, em grande medida, legítima e assume a defesa da necessidade de recorrência ao mercado como fonte vital de segurança ontológica.

O horizonte ético da comunicação se encontra preso à hegemonia da lógica discursiva científica, neste âmbito, não é mais possível identificar um uso crítico da razão baseado numa utopia emancipatória de sociedade.

REFERÊNCIAS

- BECK, U. **The reinvention of politics** – rethinking modernity in the global social order. Cambridge: Polity Press, 1997.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva** – política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo** – o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva** – política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. **A Constelação pós-nacional** – ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- LASH, Scott. A Reflexividade e seus Duplos: Estrutura, Estética, Comunidade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva** – política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

Recebido em 12/01/05. Aprovado em 15/03/05.

Title: Television and reflexivity in Brazil

Author: Lavina Madeira Ribeiro

Abstract: The present essay approaches the concept of ethics as applied to the empirical study of the contents aired through nationwide communicational structures, in the sense of identifying those mechanisms that make it dynamic. A concern is shown about how the institutions of communication delimit the specificity of their discursive ethics. The analysis shows that the self-compression, the rationalization of experience, the thematization of risks and of ontological insecurity of life in complex societies are the procedures of such institutions. The contingent present and the uncertain future are focalized within an explicative network whose goal is to control the elements that might threaten the sense of control over everyday life. They perform a public exercise of updating individuals about those themes that demand a permanent rationalization, which, however, are not based anymore on the humanist critique as its ethical referent, which has been, so far, hegemonic in the public self legitimating of these institutions of communication.

Keywords: institutions of communication; ethics; criticism; culture; society.

Titre: Télévision et Réflexivité au Brésil

Auteur: Lavina Madeira Ribeiro

Résumé: Cet essai fait l'approche du concept d'éthique appliqué à l'étude empirique des contenus véhiculés par des structures de communication de portée nationale, dans le sens d'identifier les mécanismes qui le rendent dynamiques. On se soucie avec le moyen selon lequel les institutions de communication délimitent la spécificité de son éthique discursive. L'analyse démontre que l'auto-compréhension, la rationalisation de l'expérience, la thématisation des risques et sources d'insécurité ontologique de la vie dans les sociétés complexes, sont les procédés de ces institutions. Le présent contingent et le futur incertain sont encadrés dans une toile explicative dont la finalité est celle qui va réduire et contrôler des éléments qui peuvent venir à menacer le sens de la domination sur de la vie quotidienne. En même temps, ils font un exercice public d'actualisation des individus sur des thématiques qui demandent sans cesse des rationalisations, lesquelles, cependant, n'ont plus dans le fondement de la critique humanistique le référentiel éthique hégémonique dans l'auto-légitimation publique des institutions de communication.

Mots-clés: institutions de communication, éthique, critique, culture, société.

Título: Televisión y reflexividad en Brasil

Autor: Lavina Madeira Ribeiro

Resumen: Este trabajo trata del concepto de ética aplicado al estudio empírico de los contenidos producidos en estructuras de comunicación de alcance nacional, en lo que respecta a la identificación de los mecanismos que lo dinamizan. Se preocupa, además, cómo las instituciones de comunicación delimitan la especificidad de su ética discursiva. El análisis expone procesos de esas instituciones como del auto comprensión, la racionalización de la experiencia, la tematización de riesgos y focos de inseguridad ontológica de la vida en sociedades complejas. El presente contingente y el futuro incierto se enmarcan en una tela explicativa cuya finalidad es la de reducir y controlar elementos que puedan amenazar el sentido de dominio sobre la rutina de la vida cotidiana. Llevan a cabo un ejercicio público de actualización de los individuos sobre las temáticas que demandan permanentemente racionalizaciones, las cuales, sin embargo, ya no tienen en el fundamento de la crítica humanística el referencial ético, hasta entonces hegemónico en el auto legitimación pública de las instituciones de comunicación.

Palabras-clave: instituciones de comunicación, ética, crítica, cultura, sociedad.

* Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutora em Ciências Sociais.

[1] Segundo Habermas, “a história é então experienciada como um processo abrangente de geração de problemas – e o tempo, como recurso escasso para o domínio desses problemas que são empurrados para o futuro”.

[2] “‘modernização reflexiva’ significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema industrial” (p. 16).

[3] Afirma o autor: “the culture of doubt, cultivating doubt and helping it into forms of public representation and recognition, does not prohibit anything, force anything or proselytise anyone with anything; instead it makes the most varied and conflicting things possible, but in moderated form, subverted and brightened up by doubt. Doubting, something that appeared as weakness and decay to cultures of faith and certainty, now becomes a virtue, the launching point for productivity” (p. 171).

[4] Segundo ele, “a modernidade que continua deve ser continuada com vontade política e com consciência. E para essa forma de auto-influxo democrático é decisiva a instituição de procedimentos de formação discursiva da opinião e da vontade. Não apenas a formação política da vontade dos cidadãos, mas também a vida privada dos cidadãos da sociedade não pode prescindir de fonte de solidariedade gerada discursivamente. A medida que as condições padronizadas de vida e os planos de carreira se dissolvem, os indivíduos sentem diante das opções multiplicadas o crescente fardo das decisões (ou arranjos) que eles mesmos têm que tomar (ou negociar). A pressão para a ‘individualização’ exige a descoberta e a construção simultâneas de novas regras sociais. Os sujeitos livres – que não estão mais conectados a papéis tradicionais e não são dirigidos por eles – devem criar ligações graças aos seus próprios esforços de comunicação” (p. 197-198).

[5] Segundo Giddens, “o mais importante de tudo é que a confiança nos sistemas abstratos está ligada a padrões de estilo de vida coletivos, eles próprios sujeitos a mudança. (...) Nas sociedades modernas as escolhas de estilo de vida são ao mesmo tempo constitutivas da vida cotidiana e ligadas a sistemas abstratos (...) As alterações nas práticas de estilo de vida podem se tornar profundamente subversivas dos sistemas abstratos centrais”.

[6] Em ensaio sobre a noção de “risco”, Giddens (2000, p. 40-41) refere-se, em várias passagens, à atitude dos governos justificando suas políticas com base em dados científicos e às escolhas dos indivíduos também baseadas em informações desta natureza.

[7] Há um longo trabalho no âmbito da sociologia da cultura que explora a dinâmica dos estilos de vida baseada na noção de *distinção social* de Pierre Bourdieu.



Copyright PPGCL/Unisul 2006 © (48) 3621-3369 - Desenvolvimento: Prof. Dr. Fábio José Rauen

topo